

Oposição pede mandado ao STF

João Aurélio de Abreu

Juristas do PT, PDT, PSDB e PMDB reúnem-se hoje de manhã para elaborar um mandado de segurança, a ser impetrado ao Supremo Tribunal Federal, pedindo a convocação extraordinária do Congresso Nacional para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o projeto de política salarial. O mandado, com pedido de liminar, irá apresentar o argumento de que o recesso determinado pelo presidente do Congresso; senador Nelson Carneiro, é inconstitucional e foi decidido contra a palavra dos partidos políticos.

Ontem, o senador Nelson Carneiro foi o alvo das críticas da oposição por não querer sequer abrir a sessão do Congresso Nacional. Sob a alegação de que não havia número suficiente para votação, Carneiro decidiu devolver à Presidência da República o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para ser sancionada sem sequer ter sido votado.

“Este homem está maluco. Desde o dia 24 de maio que ele tem nas mãos o projeto de LDO aprovado na Comissão. Mas ele não agendou a sua votação para nenhuma das sessões. Resolveu colocar na pauta em uma segunda-feira, dia em que normalmente não se realiza sessão do Congresso Nacional. Esta é uma posição política e eticamente impossível de ser sustentada”, protestou o senador José Richa, que chegou a manter uma discussão séria com Nelson Carneiro, tentando convencê-lo a não encerrar os trabalhos do Legislativo sem a votação da LDO.

O deputado José Genoíno era um dos mais exaltados. “Nem na época da ditadura os presidentes do Congresso Nacional tomavam decisões que afrontavam a Constituição”, lembrou o parlamentar. Segundo ele, “o próprio presidente do Legislativo está colocando na lata do lixo as prerrogativas do Congresso Nacional. Ele vendeu essas prerrogativas por 66 milhões de dólares”, denunciou Genoíno, fazendo referência às verbas conseguidas pelo senador para obras de prevenção contra as enchentes no Rio de Janeiro e lembrando que ele é candidato ao Governo fluminense.

Tanto Genoíno como o líder do PSDB, deputado Euclides Scalco, apresentaram questão de ordem alegando que Nelson Carneiro não poderia interromper a sessão legislativa sem a votação da LDO. Scalco chegou a ler um pronunciamento de Nelson Carneiro, em sessão anterior do Congresso, em que ele pedia a presença de deputados e senadores nas sessões do Congresso Nacional para que as votações pudessem ser realizadas. Em uma dessas ocasiões, o próprio Nelson afirma que sem a apreciação da LDO ele seria obrigado a prolongar a sessão recesso adentro.